

RECURSO ESPECIAL Nº 1.837.716 - PR (2019/0273256-7)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
RECORRENTE : PRE-MOLDADOS FILIPIN LTDA
RECORRENTE : NEURI FILIPIN
RECORRENTE : SAMANTA CAROLINE FILIPIN
RECORRENTE : ESQUADRIAS METALICAS ESMETUR - EIRELI
ADVOGADO : ANA AMELIA NERONE - PR031789
RECORRIDO : COOPERATIVA DE CREDITO E INVESTIMENTO TERRA DOS
PINHEIRAIS DO PARANA E NOROESTE PAULISTA - SICREDI
PLANALTO DAS AGUAS PR/SP.
ADVOGADO : MIGUEL SARKIS MELHEM NETO - PR036790

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por PRE-MOLDADOS FILIPIN LTDA E OUTROS com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, visa reformar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná assim ementado (fls. 604/605, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CERCEAMENTO DE DEFESA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. JUROS REMUNERATÓRIOS. MORA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

1. É autorizado o julgamento antecipado da lide quando já se encontrarem nos autos todos os elementos necessários ao seguro entendimento da lide.
 2. O Código de Defesa do Consumidor aplica-se aos contratos bancários por expressa disposição legal.
 3. Não resta configurada a hipossuficiência probatória dos apelantes, já que a cédula de crédito bancária e proposta de abertura, que demonstra a origem da dívida encontram-se nos autos.
 4. Súmula 539 do STJ – “É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior à anual em contratos celebrados com instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional a partir de 31/3/2000 (MP n. 1.963-17/2000, reeditada como MP n. 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada.”
 5. Quanto a questão dos juros remuneratórios cobrados, nos contratos onde há a pactuação, essa deve ser respeitada, uma vez que está em consonância com a legislação pátria
 6. Mantidos os encargos da normalidade nos termos em que avençados, não há que se falar em afastamento da mora.
 7. No arbitramento da verba honorária, deve o juiz considerar o grau de zelo do profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e a importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço, nos termos do art. 85, § 2º do CPC.
- Apelação Cível desprovida.

Nas razões do recurso especial (fls. 238/246, e-STJ), os insurgentes apontam

dissídio jurisprudencial no tocante à alegação de cerceamento de defesa pelo julgamento antecipado da lide sem a produção da prova pericial oportunamente requerida. Indicam, ainda, a violação dos arts. 9º e 10 do CPC/15, pois a sentença fora prolatada sem a ciência das partes acerca do julgamento antecipado. Defendem, outrossim, a exorbitância dos honorários advocatícios, cuja fixação desrespeitou os critérios previstos no art. 85, § 2º, do CPC/15.

Contrarrazões às fls. 680/693, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

1. O conhecimento do recurso interposto com fulcro na alínea "c" do permissivo constitucional demanda o preenchimento dos seguintes requisitos: i) a indicação do dispositivo legal objeto de interpretação divergente; ii) a demonstração do dissídio, mediante a verificação das circunstâncias que assemelhem ou identifiquem os casos confrontados; iii) a realização do cotejo analítico entre elas, nos moldes exigidos pelo art. 1.029, §1º, do CPC/15.

Com efeito, para caracterização da divergência jurisprudencial, é imprescindível a colação de trechos do relatório e do voto dos acórdãos paradigma e paragonado, com a realização do devido cotejo analítico, sendo insuficiente a mera transcrição de ementas e/ou de trechos dos arestos paradigmas, como ocorreu no caso.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL. UNIÃO ESTÁVEL. TESES DEFENDIDAS NO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. LEI Nº 8.971/1994 E 9.278/1996. AUSÊNCIA DE INCOMPATIBILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE.

1. As teses apontadas no recurso especial não podem ser apreciadas, em virtude da ausência de prequestionamento. Incidência dos enunciados previstos nas Súmulas 282 e 356 do STF.

2. A jurisprudência desta Corte Superior é firme no sentido de que, nos termos do art. 2º, III, da Lei nº 8.971/1994, não revogado pela Lei nº 9.278/1996, na falta de descendentes e ascendentes, o companheiro sobrevivente terá direito à totalidade da herança, afastando-se assim a participação de colaterais do de cujus no inventário.

3. Na hipótese em exame, o dissídio jurisprudencial não foi demonstrado, uma vez que a parte recorrente se limitou a citar acórdãos trazidos como paradigmas, sem realizar o necessário cotejo analítico e sem demonstrar a similitude, em desatenção, portanto, ao disposto na legislação processual pátria e no Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1381638/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 08/11/2018, DJe 14/11/2018)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPROVAÇÃO DE LITISPENDÊNCIA E NEXO CAUSAL. CIRCUNSTÂNCIAS FÁTICAS

CONTROVERSAS E PROVAS DOS AUTOS. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DANOS MORAIS. VALOR. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO.

1. A Corte de a quo, mediante a análise de todo o conjunto fático-probatório constante dos autos, concluiu que a litispendência não foi reconhecida, bem como que o quantum relativo aos danos morais atende os princípios da razoabilidade. A revisão da convicção firmada encontra óbice na súmula 7/STJ.

2. A divergência jurisprudencial não foi comprovada nos moldes estabelecidos nos artigos 1.029, § 1º, do CPC/2015 e 255, § 1º do RISTJ, tendo em vista que não foi realizado o devido cotejo analítico, com a demonstração clara do dissídio entre os casos confrontados, identificando os trechos que os assemelhem, não se oferecendo, como bastante, a simples transcrição de ementas ou votos.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1295863/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 22/10/2018)

Além disso, não houve a indicação do dispositivo legal interpretado de forma divergente, o que também impede o conhecimento do dissídio pretoriano ante a incidência da Súmula 284/STF.

Nesse sentido:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO REIVINDICATÓRIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. FALTA DE INDICAÇÃO DE ARTIGO TIDO POR VIOLADO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 284 DO STF. DECISÃO RECORRIDA EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DESTA CORTE. PRECEDENTES. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. INCIDÊNCIA DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO, COM IMPOSIÇÃO DE MULTA.

[...]

2. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que é imprescindível à demonstração do dissídio jurisprudencial a indicação clara e precisa dos dispositivos de lei federal em torno dos quais haveria a divergência, sob pena de inviabilizar a exata compreensão da controvérsia, atraindo a aplicação da Súmula nº 284 do STF.

[...]

5. Agravo interno não provido, com imposição de multa.

(AgInt no AREsp 1207462/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/06/2018, DJe 14/06/2018)

Ainda que assim não fosse, a pretensão recursal não lograria êxito.

O Tribunal *a quo* rejeitou a preliminar de cerceamento de defesa, adotando a

seguinte fundamentação:

Os apelantes requereram a nulidade da sentença que julgou antecipadamente os feitos (embargos à execução e a ação revisional) e não oportunizou a produção de prova pericial, acarretando cerceamento de defesa e falta do contraditório.

A hipótese de julgamento antecipado do feito encontra-se no artigo 355 do CPC:

“Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando:

I - não houver necessidade de produção de outras provas;

II - o réu for revel, ocorrer o efeito previsto no art. 344 e não houver requerimento de prova, na forma do art. 349”.

A matéria controvertida nos e na são questão embargos à execução ação revisional unicamente de direito, pois os contratos firmados entre as partes foram juntados pela Cooperativa de Crédito aos autos de ação revisional n.º 0014438-58.2016.8.16.0031 no Mov. 51.3 (Cédula de Crédito Bancário) e na execução de título extrajudicial n.º 0015972-37.2016.8.16.0031 nos Movs. 1.7 e 1.8 (Cédulas de Crédito Bancário) e o mérito refere-se somente ao exame das cláusulas e condições, configurando, assim, a situação do artigo 355 do CPC.

Ademais, o julgador é o destinatário final da prova, assim, respeitando os limites previstos no Código de Processo Civil, é ele quem deve avaliar a efetiva conveniência e necessidade de deferir a produção probatória que considerar necessária à formação do seu convencimento.

Entendo que há elementos suficientes para o julgamento do mérito, em razão da matéria e dos documentos juntados, não há que se falar em cerceamento de defesa.

Assim, especialmente em razão dos contratos e demonstrativos do débito estarem nos autos (ação revisional, embargos à execução e execução) e as matérias discutidas serem exclusivamente de direito, mostra-se desnecessária a realização de prova pericial.

A Corte local, à luz dos princípios da livre apreciação da prova e do livre convencimento motivado, afastou o alegado cerceamento de defesa, consignando a desnecessidade da produção de outras provas. Dessa forma, o acolhimento da pretensão recursal no que toca ao cerceamento de defesa decorrente do julgamento antecipado da lide demandaria revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, providência que encontra óbice na Súmula 7 do STJ.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA. INDEFERIMENTO DE PRODUÇÃO DE PROVAS. JUROS REMUNERATÓRIOS. ABUSIVIDADE. AUSÊNCIA. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. ENTENDIMENTO FIRMADO EM RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. PREVISÃO NO CONTRATO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULAS 5 E 7/STJ. NÃO PROVIMENTO.

1. Não configura cerceamento de defesa o julgamento antecipado da lide,

devidamente fundamentado, sem a produção de prova técnica considerada dispensável pelo juízo, uma vez que cabe ao magistrado dirigir a instrução e deferir a produção probatória que entender necessária à formação do seu convencimento.

[...]

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1443474/MS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/09/2019, DJe 24/09/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZATÓRIA. PLANO DE SAÚDE. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. SUFICIÊNCIA DAS PROVAS. PRINCÍPIO DA PERSUASÃO RACIONAL. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. REEMBOLSO DE DESPESAS MÉDICO-HOSPITALARES. INTERNAÇÃO EM HOSPITAL NÃO CREDENCIADO. POSSIBILIDADE. SITUAÇÃO EXCEPCIONAL CONFIGURADA. SÚMULA 83/STJ.

AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não há cerceamento de defesa quando o julgador, ao constatar nos autos a existência de provas suficientes para o seu convencimento, indefere pedido de produção de prova. Cabe ao juiz decidir sobre os elementos necessários à formação de seu entendimento, pois, como destinatário da prova, é livre para determinar as provas necessárias ou indeferir as inúteis ou protelatórias.

2. Para se concluir que a prova cuja produção fora requerida pela parte é ou não indispensável à solução da controvérsia, seria necessário se proceder ao reexame do conjunto fático-probatório, providência incompatível com a via estreita do recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

[...]

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1153667/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 20/08/2019, DJe 09/09/2019)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ATROPELAMENTO. CERCEAMENTO DE DEFESA. CULPA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. DANOS MORAIS. FIXAÇÃO. REDUÇÃO. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. EVENTO DANOSO. SÚMULA Nº 54/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Alterar a conclusão do tribunal local acerca da ausência de cerceamento de defesa pelo julgamento antecipado da lide demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, procedimento obstado pela Súmula nº 7/STJ.

[...]

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1753833/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS

CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/06/2019, DJe 01/07/2019)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS E INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INADMISSIBILIDADE.

1. Embargos à execução.

2. Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à inexistência de cerceamento de defesa - já que o Tribunal de origem consignou que o conjunto probatório dos autos mostrar-se-ia suficiente para o julgamento antecipado da lide -, exige o reexame de fatos e provas e a interpretação de cláusulas contratuais, o que é vedado em recurso especial pelas Súmulas 5 e 7, ambas do STJ.

3. De igual forma, a pretensão de modificar o entendimento do Tribunal de origem, no sentido da ocorrência de litispendência, requer, necessariamente, o revolvimento do conteúdo fático-probatório, circunstância vedada na sede eleita, a teor da Súmula 7/STJ.

4. Agravo interno no agravo em recurso especial não provido.

(AgInt no AREsp 1382484/MS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/06/2019, DJe 19/06/2019)

2. Os recorrentes alegam, ainda, a contrariedade aos arts. 9º e 10 do CPC/15, defendendo que a sentença fora prolatada sem a ciência das partes acerca do julgamento antecipado.

Quanto ao ponto, destaca-se o seguinte excerto do aresto recorrido, confira-se:

De outro lado, o MM. Juiz na decisão de Mov. 81.1 (embargos à execução) *a quo* determinou que: “3. Após, voltem conclusos para análise da viabilidade do julgamento antecipado da lide.

Dessa decisão, os apelantes quedaram-se inertes, conforme certificado no Mov. 91.

Assim, não há que se falar em decisão surpresa.

Com efeito, a proibição da denominada decisão surpresa, que ofende os referidos dispositivos legais, exige inovação no litígio ou adoção de fundamentos que seriam desconhecidos pelas partes, o que não é o caso dos autos, cujo julgamento baseou-se nas provas juntadas pelas partes, as quais tinham total ciência da possibilidade da adoção do procedimento previsto no art. 355 do CPC/15.

Nesse contexto, ausente qualquer inovação na lide ou adoção de fundamentos desconhecidos pelas partes, é imperiosa a rejeição da referida nulidade.

A título ilustrativo, cita-se o seguinte precedente da Segunda Turma desta Corte Superior, confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGADA NULIDADE DA DECISÃO AGRAVADA. OFENSA AOS ARTS. 9º E 10 DO CPC/2015. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS FORMAIS E ESPECÍFICOS DO RECURSO ESPECIAL. INEXISTÊNCIA DE NULIDADE.

RAZÕES QUE NÃO IMPUGNAM, ESPECIFICAMENTE, OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. SÚMULA 182/STJ E ART. 1.021, § 1º, DO CPC/2015. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO.

[...]

IV. A proibição da denominada decisão surpresa, que ofende o princípio previsto nos arts. 9º e 10 do CPC/2015, ao trazer questão nova, não aventada pelas partes em Juízo, não diz respeito aos requisitos de admissibilidade do Recurso Especial, já previstos em lei e reiteradamente proclamados por este Tribunal. Não há, neste caso, qualquer inovação no litígio ou adoção de fundamentos que seriam desconhecidos pelas partes, razão pela qual inexistente a alegada nulidade da decisão agravada, à minguada de intimação acerca dos fundamentos utilizados para o não conhecimento do Recurso Especial, o qual deixou de preencher os pressupostos constitucionais e legais do apelo.

[...]

VI. Agravo interno não conhecido.

(AgInt no AREsp 1329019/RJ, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/04/2019, DJe 11/04/2019)

Ademais, esta Corte Superior possui entendimento no sentido de que não há falar em decisão surpresa quando o resultado da lide insere-se no âmbito do desdobramento causal, possível e natural, da demanda, a propósito:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. REVISÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.

ALÍQUOTAS DE MAJORAÇÃO DA TARIFA DE ÁGUA. DECRETO MUNICIPAL 8.793/2007. NECESSIDADE DE PRODUÇÃO PROBATÓRIA RECONHECIDA PELO TRIBUNAL A QUO PARA AFERIR A EXISTÊNCIA OU NÃO DE BIS IN IDEM NA APLICAÇÃO DOS PERCENTUAIS DE 2,44% E 2,50%. ALTERAÇÃO DO JULGADO.

REEXAME DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS, DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS E INTERPRETAÇÃO DE NORMA LOCAL. INVIABILIDADE. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ E 280 DO STF. DECISÃO-SURPRESA. NÃO OCORRÊNCIA.

[...]

6. Por fim, também não assiste razão à recorrente quanto à suposta violação aos princípios da congruência e contraditório, sob o fundamento de que houve o desrespeito aos limites objetivos da demanda. Isso porque, nos termos da jurisprudência do STJ, não cabe alegar surpresa se o resultado da lide encontra-se previsto objetivamente no ordenamento disciplinador do instrumento processual utilizado e insere-se no âmbito do desdobramento causal, possível e natural, da controvérsia.

7. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1823551/AM, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/09/2019, DJe 11/10/2019)

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E

PROCESSUAL CIVIL. CPC/1973. SENTENÇA FAVORÁVEL AO FALIDO PROFERIDA NA JUSTIÇA FEDERAL. DETERMINAÇÃO DE DISPONIBILIZAÇÃO DOS VALORES EM FAVOR DA MASSA. TRANSFERÊNCIA DO DEPÓSITO AO JUÍZO FALIMENTAR. INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO FALIMENTAR PARA REAPRECIAR O DESTINO DOS VALORES DEPOSITADOS. OCORRÊNCIA DE TRÂNSITO EM JULGADO NO JUÍZO FEDERAL. CHAMADA DO FEITO À ORDEM. DECISÃO SURPRESA. NÃO OCORRÊNCIA.

[...]

7. Julgados desta Corte Superior no sentido de que não há falar em decisão surpresa quando se trata de "desdobramento causal, possível e natural, da controvérsia". Aplicação dos brocados 'iura novit curia' e 'da mihi factum, dabo tibi ius', nesses casos. 8. Caso concreto em que a incompetência do juízo falimentar é mero desdobramento causal do trânsito em julgado da interlocutória no juízo federal.

9. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

(AgInt no REsp 1695770/RJ, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 08/10/2018, DJe 17/10/2018)

3. Os insurgentes, defendem, ainda, a exorbitância dos honorários advocatícios, cuja fixação desrespeitou os critérios previstos no art. 85, § 2º, do CPC/15.

A Corte estadual, considerando as peculiaridades do caso concreto, concluiu pela adequação do valor arbitrado a título de honorários, nos seguintes termos:

Os apelantes insurgem-se, ainda, quanto à verba honorária arbitrada na r. sentença em favor dos advogados da parte contrária.

No arbitramento da verba honorária, deve o juiz considerar o grau de zelo do profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e a importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC.

No caso dos autos, considerando o tempo de tramitação da demanda, a natureza da causa e o trabalho desempenhado pelos causídicos, tenho que deva ser mantida a verba honorária fixada em favor do procurador do apelado, importância que se coaduna com as peculiaridades do caso e com os parâmetros estabelecidos no dispositivo legal acima descrito.

Por fim, o § 11º, do artigo 85, do CPC estabelece que o Tribunal, ao julgar recurso, majorará os honorários fixados anteriormente levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal. O dispositivo está assim redigido:

[...]

No caso dos autos, os honorários de sucumbência foram fixados em 10% do valor atribuído a causa atualizado (10% nos embargos a execução e 10% na ação revisional), a serem adimplidos pelos apelantes ao procurador do apelado.

Assim, em razão do trabalho adicional realizado em grau recursal, os honorários majoro recursais em 1%, atendendo aos critérios previstos nos §§ 2º e 8º do artigo 85 do CPC, totalizando 11% sobre o valor da causa atualizado, nos embargos à execução e na ação revisional.

A jurisprudência do STJ é firme no sentido de que o *quantum* da verba de honorários, em razão da sucumbência processual, está sujeito a critérios de valoração delineados na lei processual. Sua fixação é ato próprio dos juízos das instâncias ordinárias, e só pode ser alterada na via especial quando tratar de valor irrisório ou exorbitante, o que não é o caso. Dessa forma, modificar o entendimento proferido pelo aresto confrontado implica o reexame da matéria fático-probatória, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VALOR ARBITRADO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 7 DO STJ. SENTENÇA PROLATADA NA VIGÊNCIA DO CPC/1973. INCIDÊNCIA DAS NORMAS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL REVOGADO.

1. Ressalvadas as hipóteses de notória exorbitância ou de manifesta insignificância, os honorários advocatícios não se submetem a controle pela via do recurso especial, visto que demandaria reexame de matéria fática (Súmula 7/STJ).

2. Consoante a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, "se o capítulo acessório da sentença, referente aos honorários sucumbenciais, foi prolatado em consonância com o CPC/1973, serão aplicadas essas regras até o trânsito em julgado." (EAREsp 1.255.986/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 20/3/2019, DJe 6/5/2019).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1477938/SC, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 07/11/2019, DJe 18/11/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM PEDIDO INDENIZATÓRIO. PLANO DE SAÚDE. 1. PROCEDIMENTO DE MAMOPLASTIA. NECESSIDADE ATESTADA POR INFORMAÇÃO MÉDICA. CARÁTER COMPLEMENTAR AO TRATAMENTO DE GASTROPLASTIA, A TRANSCENDER O ASPECTO MERAMENTE ESTÉTICO. SÚMULAS 83 E 7 DO STJ. 2. REVISÃO DA VERBA HONORÁRIA. CRITÉRIO DA EQUIDADE. TESE RECURSAL QUE DEMANDA O REVOLVIMENTO PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 3. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

[...]

5. Outrossim, "não compete ao STJ, em sede de recurso especial, promover a revisão de honorários de sucumbência fixados em patamar razoável, não sendo irrisórios nem exorbitantes, ante a incidência da Súmula 7 do STJ" (AgInt no AREsp 1.034.778/SP, Rel. Ministro Lázaro Guimarães, Desembargador Convocado do TRF 5ª Região, Quarta Turma, julgado em 24/04/2018, DJe 30/04/2018).

6. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1464667/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 30/09/2019, DJe 03/10/2019)

Superior Tribunal de Justiça

4. Do exposto, nego provimento ao recurso especial e, com base no art. 85, § 11, do CPC/15, majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já fixado na origem, em favor do patrono da parte recorrida.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator